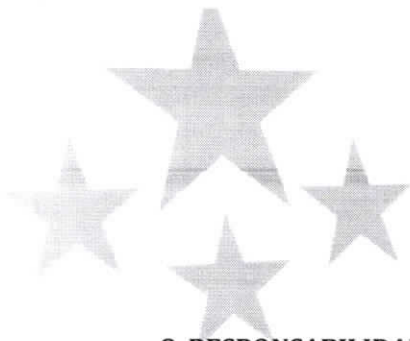


- v. Assumir quaisquer danos causados por si ou por seus prepostos, direta ou indiretamente, à Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução ou não execução dos serviços;
- vi. Disponibilizar profissionais em quantidade suficiente e compatível à perfeita execução do contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como tributos, taxas, transporte, alimentação, e outras exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais, inclusive decorrente de acidente, indenizações e seguros, sem qualquer solidariedade com a Contratante;
- vii. Cumprir fielmente o Contrato, prestando os serviços contratado com qualidade e nos parâmetros definidos;
- viii. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- ix. Assumir total responsabilidade, por si e por seus sócios e prepostos, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que vier ter conhecimento por força da execução dos serviços contratados, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação venha ocasionar à Contratante ou a terceiros;
- x. Zelar pelo cumprimento das normas internas da Contratante, assim como aquelas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, e outras normas afetas à execução dos serviços;
- xi. Apresentar a relação nominal dos profissionais indicados para a prestação dos serviços contratados, inclusive nos casos de substituição, acompanhado dos respectivos títulos de especialização e respectivos registros junto aos Conselhos de Classe competentes devidamente atualizados;
- xii. ~~Fornecer, mensalmente, a escala de serviços do mês subsequente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, relativamente ao mês de referência, sendo que qualquer substituição de profissional deverá ser informada e apresentada em igual número de dias;~~
- xiii. Substituir, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da notificação por escrito da Contratante, o profissional que comprovadamente não satisfaça as condições requeridas pela prestação dos serviços ou pelas normas ~~administrativas da Contratante, sob pena de ser imposta glosa pelo não atendimento da solicitação, com base no valor de remuneração da referido profissional;~~
- xiv. Exigir que seus profissionais trabalhem devidamente uniformizados e com crachá de identificação;
- xv. Exigir que os profissionais alocados executem unicamente as tarefas compatíveis com a categoria profissional a que pertença;
- xvi. Assegurar que os profissionais alocados:
  - a) Preencham corretamente os documentos referentes ao atendimento dos pacientes;
  - b) Mantenham sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções;
  - c) Guardem absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente e preste os serviços com autonomia técnica, zelando pelo perfeito desempenho ético na atividade desempenhada;
  - d) Ofereçam aos pacientes todos os recursos necessários ao atendimento dos mesmos em benefício dos quais deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;
  - e) Atendam os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
  - f) Mantenham sempre atualizado o prontuário dos pacientes, fornecendo as informações ao arquivo médico.





GOVERNO MUNICIPAL  
**Pacatuba**  
O Futuro não pode parar  
Secretaria de Administração  
e Finanças



## **8. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Indicar o local em que deverá ser executado o serviço.
- 8.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.3. Comunicar imediatamente a CONTRATADA, quando do recebimento dos serviços, qualquer irregularidade verificada.
- 8.4. Aplicar as penalidades previstas no Edital da licitação, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir com suas obrigações contratuais, arcando a empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Administração.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na conta bancária do contratado ou através de Cheque nominal, acompanhado da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) CND emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias;
- c) CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) CND emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- f) CND emitida pela Prefeitura Municipal (sede da licitante) e,
- g) CND emitida pela Justiça Federal do Trabalho.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

9.1. Na proposta de preços deverão constar as especificações detalhada dos serviços, tipo e quantidade solicitada, o valor unitário em algarismo e valor total em algarismo e por extenso em moeda nacional, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o contrato, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

9.2. A contratada deverá garantir a execução dos serviços de acordo com as condições e exigências, e caso constatada alguma imperfeição será submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais;

9.3. A Unidade Gestora poderá se valer da análise técnica dos itens propostos, antes da homologação, para verificação do atendimento das especificações mínimas constantes no Termo de Referência.

9.4. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

## **10. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

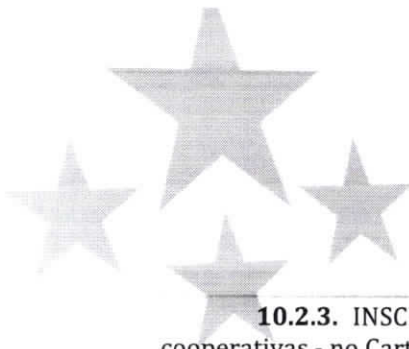
10.1. Em atendimento ao que preceitua o art. 3º, inciso I da Lei Federal nº 10.520/2002, segue as exigências habilitatórias:

### **10.2. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.2.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

10.2.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.





GOVERNO MUNICIPAL  
**Pacatuba**  
O Futuro não pode parar  
Secretaria de Administração  
e Finanças



**10.2.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

**10.2.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**10.2.5.** No caso de **COOPERATIVA** apresentar, ainda:

**10.2.5.1.** Registro da COOPERATIVA na OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras ou na unidade estadual, se houver, nos termos da Art. 107 da Lei nº 45.764/71.

### **100.3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**10.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**10.3.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.3.3.** Provas de regularidade, em plena validade, para com:

**10.3.3.1.** a Fazenda Federal e a Seguridade Social (consistindo em Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários, Federais e a Dívida Ativa da União ou equivalente, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil);

**10.3.3.2.** a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

**10.3.3.3.** a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei;

**10.3.3.4.** o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

**10.3.3.5.** a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT ou equivalente);

**10.3.4.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**10.3.5.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão Permanente de Licitação, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**10.3.6.** A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação, ou lote, conforme o caso.

### **10.4- RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

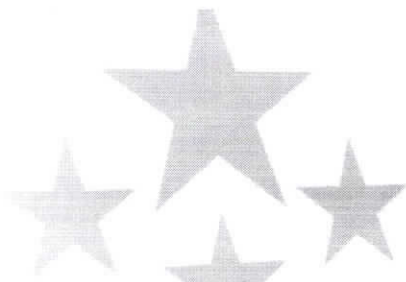
**10.4.1.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**10.4.1.1** Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

**10.4.2.** Prova de patrimônio líquido equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

**10.4.2.1.** Caso o critério de julgamento da licitação seja, o menor preço por lote, o valor do capital social deverá corresponder ao somatório dos lotes nos quais a licitante for vencedora.

**10.4.3.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços



GOVERNO MUNICIPAL  
**Pacatuba**  
*O Futuro não pode parar*  
Secretaria de Administração  
e Finanças

Uma cidade certificada



provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

a) Apresentação dos seguintes índices que comprovarão a boa situação financeira da licitante:

a.1) Índice de Liquidez Geral maior ou igual a 1,0;

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Onde:

AC é o Ativo Circulante

PC é o Passivo Circulante

RLP é o Realizável a Longo Prazo

ELP é o Exigível a Longo Prazo

a.2) Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,0;

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

AC é o Ativo Circulante

PC é o Passivo Circulante

a.3) Índice de Solvência Geral maior ou igual a 1,0;

$$\text{Índice de Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Onde:

AT é o Ativo Total

PC é o Passivo Circulante

ELP é o Exigível a Longo Prazo

b) As empresas constituídas há menos de um ano apresentarão o Balanço de Abertura, devidamente registrado no órgão competente;

c) As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (ECO), conforme dispõe o art. 3º da Instrução Normativa nº 1.594 de 01 de dezembro de 2015, da Receita Federal do Brasil, fica exigida a apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, até o último dia útil do mês de maio do corrente ano.

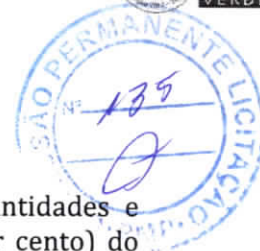
d) As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicada na imprensa oficial, de acordo com a legislação pertinente

#### 10.5- RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

**10.5.1.** Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando aptidão da licitante para

2





desempenho de atividades pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, possuindo pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total solicitados neste Termo de Referência, com firma reconhecida do assinante.

COREN - Conselho Regional de Enfermagem do domicilio sede da licitante;  
CREFONO - Conselho Regional de Fonoaudiologia do domicilio sede da licitante;  
CREMEC - Conselho Regional de Medicina do domicilio sede da licitante;  
CRO - Conselho Regional de Odontologia do domicilio sede da licitante.

**10.5.2.** Apresentar no mínimo de um profissional de cada especialidade proposto pela licitante, com atribuições técnicas compatíveis com o objeto licitado, devendo pertencer ao quadro de sócios, e/ou cooperado, e/ou contrato de prestação de serviços, e/ou funcionários da proponente, fazendo comprovação por cópia do Contrato Social e aditivos (caso seja sócio), ou por cópia dos registros de carteira de trabalho e/ou contrato de prestação de serviços e/ou termo de cooperado (no caso de cooperativas), devendo ainda, a proponente licitante emitir declaração individual de conformidade do vínculo trabalhista (caso seja empregado ou tenha contrato de prestação de serviços), ou declaração de vínculo societário (caso seja sócio), ou declaração que pertence ao seu quadro de cooperados (caso seja cooperativa) de cada profissional.

**10.5.3.** A comprovação do vínculo do profissionais, que deverá fazer parte do quadro permanente da empresa licitante, com participação societária e/ou vínculo empregatício e/ou contrato de prestação de serviços e/ou termo de cooperado, deverá ser feito do seguinte modo:

**10.5.4.** Se empregado, comprovando-se vínculo empregatício através de cópia da "Ficha ou Livro de Registro de Empregado" e da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS anotada;

**10.5.5.** Se sócio, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato Social e aditivos, se houver, devidamente registrado (s) no Órgão competente;

**10.5.6.** Se contratado, apresentar contrato de prestação de serviço, vigente na data da abertura deste certame, celebrado com antecedência mínima de 06 (seis) meses a época da celebração do contrato;

**10.5.7.** Se cooperado, apresentar termo de cooperado, vigente na data da abertura deste certame.

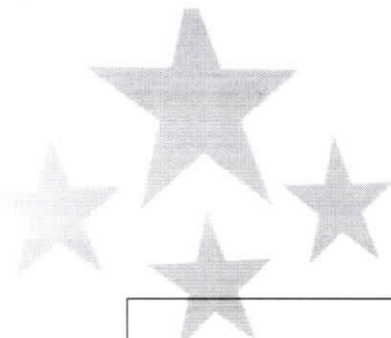
#### **10.6- RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:**

**10.6.1.** Como condição para contratação o licitante vencedor deve apresentar diploma de ensino superior de cada profissional da área médica de enfermagem, fonoaudiologia e odontologia, imcubido pela prestação dos serviços pela empresa e comprovante de registro ativo no Conselho de Classe;

**10.6.2.** Para fins de cadastramento dos profissionais alocados pela empresa ativa contratada será apresentada documentação específica que comprove habilitação para o exercício da especialidade objeto do contrato, a saber:

<b>MÉDICO PLANTONISTA DIURNO/NOTURNO E MÉDICO CLÍNICO</b>	Diploma de médico e registro do conselho de classe
<b>MÉDICO ORTOPEDISTA</b>	Residência médica em ortopedia ou declaração de unidade pública de





GOVERNO MUNICIPAL

**Pacatuba**

O Futuro não pode parar  
Secretaria de Administração  
e Finanças

Uma cidade certificada



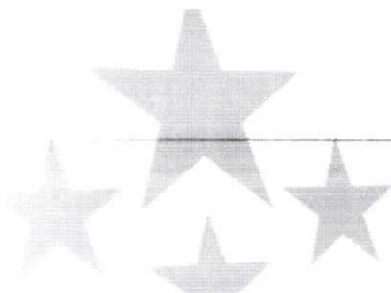
	saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO UROLOGISTA</b>	Residência médica em urologia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA</b>	Residência médica em ultrassonografia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO PEDIATRA</b>	Residência médica em pediatria ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO GINECO/OBSTETRA</b>	Residência médica em ginecologia/obstetrícia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO CIRURGIÃO GERAL</b>	Residência médica em cirurgia geral ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO ENDOSCOPISTA</b>	Residência médica em endoscopia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MEDICO CARDIOLOGISTA</b>	Residência médica em cardiologista ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO NEUROLOGISTA</b>	Residência médica em neurologia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA</b>	Residência médica em otorrinolaringologia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO OFTALMOLOGISTA</b>	Residência médica em oftalmologia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO REUMATOLOGISTA</b>	Residência médica em reumatologia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA</b>	Residência médica em endocrinologia ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO NEUROPEDIATRA</b>	Residência médica em neuropediatria ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>MÉDICO PSQUIATRA</b>	Residência médica em psiquiatria ou declaração de unidade pública de saúde que comprove a prática requerida por, no mínimo 10 anos, nos termos da Resolução CFM nº 1960/2010.
<b>ENFERMEIRO</b>	Diploma de enfermagem e Registro no Conselho de Classe
<b>FONOAUDIÓLOGO</b>	Diploma de fonoaudiologia e Registro no Conselho de Classe
<b>ODONTÓLOGO</b>	Diploma de odontologia e Registro no Conselho de Classe

**10.7 - DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**10.7.1.** Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

9





nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

**10.7.2.** Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

**10.7.3.** Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93).

## **11. DAS SANÇÕES**

**11.1.** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de assinar a Ordem de Serviço ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Pacatuba e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Pacatuba pelo prazo de até 5(cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

**11.1.1.** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado no caso de:

- a) recusar em assinar o contrato;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não mantiver a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

**11.1.2.** multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, contados do recebimento da ordem de serviço no endereço constante do cadastro, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do contrato;

**11.1.3.** multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do contrato.

**11.2.** Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

- a) advertência;
- b) multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição ou do valor global do contrato, conforme o caso;

**11.3.** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

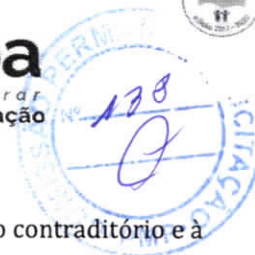
**11.3.1.** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

**11.3.2.** Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

**11.3.3.** As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

**11.4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.





**11.4.1.** No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;
- b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Pacatuba e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Pacatuba pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

## **12. GESTOR DO CONTRATO**

**12.1.** A Gestão do Contrato será exercida pelo(a) Secretário(a) da respectiva Pasta ou quem este designar, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

**12.2.** Será nomeado servidor da contratante, por meio de ato administrativo, para realização do acompanhamento e fiscalização da execução e cumprimento dos termos do contrato, cujas atribuições do fiscal de contratos são, entre outras, as seguintes:

**12.2.1.** Ler atentamente o termo de contrato assim como os anexos, se houver, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, principalmente quanto à (ao): – especificações do objeto contratado; – prazo, local e forma de execução dos serviços;

**12.2.2.** Esclarecer dúvidas do preposto/representante da contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

**12.2.3.** Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação e/ou medição;

**12.2.4.** Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo e etc);

**12.2.5.** Notificar a contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, principalmente relativos a atraso na execução dos serviços, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada, para aplicação das sanções cabíveis;

**12.2.6.** Receber a fatura de cobrança, conferindo: – se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas; – se o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi executado; – se a Nota Fiscal e/ou Fatura está corretamente preenchida;

**12.2.7.** Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de sua habilitação, qualificação e regularidade fiscal, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

**12.2.8.** Atestar a execução dos serviços, observando o que dispuser o contrato e/ou empenho, rejeitando os serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o termo de contrato e o ato convocatório da licitação que decorreu o contrato, principalmente em relação aos prazos ali previstos;

## **13. VALOR DO INVESTIMENTO**

**13.1.** O Valor Mensal Estimado é de **R\$ 3.463.962,00 (Três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e sessenta e dois reais)**, conforme especificado no Mapa de Cotação, elaborado pela Central de Compras do Município;

**13.2.** O valor constante do presente orçamento foi calculado tendo-se como base o preço médio após pesquisa de preços praticada no mercado (Mapa de cotação anexo ao Projeto Básico);

**13.3.** Os preços registrados e/ou contratados não serão objetos de reajustes antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice da Fundação Getúlio Vargas – IGPM/FGV.





**ANEXO I.1 - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. HORAS/MÊS	VALOR HORA (A)	ENCARGOS (B)	MONTANTE (C)= A + B	TAXA ADMINISTRAÇÃO (D)	DESPESAS OPERACIONAIS (E)	TRIBUTOS (F)	MONTANTE (G)= D + E + F	VALOR UNITÁRIO (H) = C + G	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1.1	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MÉDICO PLANTONISTA DIURNO	HORA	2000	160,10									
1.2	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MÉDICO PLANTONISTA NOTURNO.	HORA	2000	218,36									
1.3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MÉDICO CLÍNICO.	HORA	3200	204,14									
1.4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MÉDICO ORTOPEDISTA	HORA	200	208,26									
1.5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MÉDICO UROLOGISTA	HORA	200	209,93									
1.6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE	HORA	640	234,93									















GOVERNO MUNICIPAL  
**Pacatuba**  
*O Futuro não pode parar*  
Secretaria de Administração  
e Finanças



e



**ANEXO II**  
**DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E/OU TRABALHISTA E DO DIREITO DE**  
**PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E O MEI NOS TERMOS DA**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES.**

1. As microempresas, empresas de pequeno porte e MEI (microempreendedor individual) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista mesmo que apresente alguma restrição, neste caso sendo habilitadas sob condição.

2. No caso de microempresa, empresa de pequeno porte e MEI (microempreendedor individual), ser declarado vencedor do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e/ou trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

2.1. As certidões deverão ser entregues ao Pregoeiro dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas no art. 81 c/c art. 87 da Lei 8.666/93.

2.2. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente a Pregoeira decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio do chat da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

0





GOVERNO MUNICIPAL  
**Pacatuba**  
*O Futuro não pode parar*  
Secretaria de Administração  
e Finanças



**ANEXO III**

**MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº (XX.XXX/2022-PERP)**

(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número  
da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

②



**ANEXO IV**  
**MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES**

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório n.º Pregão Eletrônico n.º\_\_\_/2022, junto ao Município de Pacatuba, que a empresa ..... inscrita no CNPJ sob o n.º ....., não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18(dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16(dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14(quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número  
da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





GOVERNO MUNICIPAL

**Pacatuba**

O Futuro não pode parar  
Secretaria de Administração  
e Finanças



**ANEXO V**  
**MODELO - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX.XXX/2022-PE**, instaurado por este Município, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número  
da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

e



GOVERNO MUNICIPAL

**Pacatuba**

O Futuro não pode parar  
Secretaria de Administração  
e Finanças



**ANEXO VI**

**MODELO - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

(Razão Social e ou Nome) \_\_\_\_\_, CNPJ e ou CPF nº \_\_\_\_\_ sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_. Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei, ser microempresas, empresa de pequeno porte, MEI, nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número  
da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

e





GOVERNO MUNICIPAL

**Pacatuba**

O Futuro não pode parar  
Secretaria de Administração  
e Finanças



**ANEXO VII**  
**DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA FINAL NEGOCIADA**

**1.**

**1.1. São requisitos da proposta de preços **NEGOCIADA**:**

- I - Ser preenchida, **preferencialmente**, através do Anexo VII.1 do presente Edital, por meio mecânico;
- II - Não apresentar emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade;
- III - Carta proposta comercial, contendo os **preços unitários e valor global com 02 (duas) casas decimais** após a vírgula (R\$ 0,00);
- IV - Conter identificação do licitante;
- V - Condições de pagamento: de acordo com o disposto neste Edital;
- VI - Prazo de execução do objeto: de acordo com as normas previstas no Termo de Referência;
- VII - Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;
- VIII - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início do certame;

**1.1.1.** A omissão da indicação na proposta dos incisos "V", "VI" e "VIII" do item anterior, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

**1.2. Serão rejeitadas as propostas que:**

- 1.2.1** Sejam incompletas, isto é, contenham informações insuficientes que não permitam a perfeita identificação dos produtos licitados.
- 1.2.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão da Pregoeira.

**1.3. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.**

e



**ANEXO VII.1**  
**MODELO - PROPOSTA DE PREÇOS (NEGOCIADA)**

A empresa \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_ cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_ CNPJ/MF \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_, propõe ao Município de Pacatuba o constante no objeto do **Edital de Pregão Eletrônico** Nº -----/2022, conforme segue:

a) Considera como proposta, no valor total de R\$ .....( valor por extenso):

LOTE \_\_\_\_\_

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Conforme especificações contidas do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.					

Condições de pagamento \_\_\_\_\_ (conforme edital).

c) O prazo de execução dos serviços é **12 (doze) meses**.

d) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da licitação.

e) Se vencedora da licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Sr. \_\_\_\_\_ portador da Carteira de Identidade RG nº. \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_

residente à Rua \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número  
da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXAR:**

**A) COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, CONFORME PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS ANEXO I.1 DESTE EDITAL;**

u





**ANEXO VIII**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº**

O **MUNICÍPIO DE PACATUBA** - CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.963.861/0001-14, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Cel. João Carlos, 345, Centro, Pacatuba-CE, através da **SECRETARIA DE** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo respectivo Secretário(a)/Ordenador(a), Sr(a). \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sediada à rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam entre si o presente **TERMO DE CONTRATO** mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. Processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o nº **XX.XXX/2022-PE**, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2.229/2017 e demais disposições legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto do presente contrato a \_\_\_\_\_, conforme ANEXO I do Edital e proposta adjudicada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO**

3.1. O valor global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), a ser pago na proporção da execução dos serviços contratados, segundo as ordens de serviços expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta adjudicada e o seguinte:

LICITANTE VENCEDOR: _____ * CNPJ Nº _____						
LOTE _____						
Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Marca	Vr. Unit.	Vr. Total
1	CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.					
VALOR GLOBAL R\$ _____						

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária do contratado ou através de cheque nominal.

3.4. Por ocasião da entrega dos produtos o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitida em nome do órgão contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO**

4.1. Os serviços serão executados através da ORDEM DE SERVIÇOS, por parte da Administração ao contratado, e poderão englobar integralmente os quantitativos (execução imediata) ou apenas parte deles (execução fracionada), de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da(s) Secretaria(s) Gestora(s).





#### **4.2. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:**

**4.2.1.** Os serviços contratados, quando solicitados, deverão ser executados em conformidade com as especificações e condições fixadas no Termo de Referência, e de conformidade com a expedição da ORDEM DE SERVIÇO pela administração.

**4.2.1.1.** Os serviços contratados deverão obedecer a um cronograma de execução, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na ORDEM DE SERVIÇOS pela administração, no local indicado na ORDEM DE SERVIÇO pela administração;

**4.2.1.2.** Os itens serão recebidos por servidor designado pela administração;

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1. O presente instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até \_\_\_\_\_, podendo ter a duração prorrogada na forma do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato que poderão aderir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à Secretaria Contratante, conforme segue: \_\_\_\_\_ - Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_  
Fonte de Recurso: \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

7.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal nº 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 2.229, de 03 de outubro de 2017.

7.2. O **CONTRATADO** obriga-se a:

- a) executar o contrato dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem a contratação, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- g) executar o contrato de forma a não comprometer o funcionamento das atividades do MUNICÍPIO;
- h) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- i) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante à execução do contrato, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento e prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- j) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;





k) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

l) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os itens recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado;

m) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos itens do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;

n) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA;

o) manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

7.3. Na execução do contrato, o **CONTRATADO** deverá observar o seguinte:

- xvii. Utilizar obrigatoriamente o sistema de informação indicado pelo Contratante;
- xxviii. Manter nos quadros de prestação de serviços apenas os profissionais devidamente habilitados e cadastrados no CNES;
- xix. Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos serviços dentro dos prazos e condições definidas pelo Contratante;
- xx. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços, de modo a evitar qualquer prejuízo à execução do objeto, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- xxi. Assumir quaisquer danos causados por si ou por seus prepostos, direta ou indiretamente, à Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução ou não execução dos serviços;
- xxii. Disponibilizar profissionais em quantidade suficiente e compatível à perfeita execução do contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como tributos, taxas, transporte, alimentação, e outras exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais, inclusive decorrente de acidente, indenizações e seguros, sem qualquer solidariedade com a Contratante;
- xxiii. Cumprir fielmente o Contrato, prestando os serviços contratado com qualidade e nos parâmetros definidos;
- xxiv. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- xxv. Assumir total responsabilidade, por si e por seus sócios e prepostos, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que vier ter conhecimento por força da execução dos serviços contratados, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação venha ocasionar à Contratante ou a terceiros;
- xxvi. Zelar pelo cumprimento das normas internas da Contratante, assim como aquelas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, e outras normas afetas à execução dos serviços;
- xxvii. Apresentar a relação nominal dos profissionais indicados para a prestação dos serviços contratados, inclusive nos casos de substituição, acompanhado dos respectivos títulos de especialização e respectivas registros junto aos Conselhos de Classe competentes devidamente atualizados;
- xxviii. Fornecer, mensalmente, a escala de serviços do mês subsequente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, relativamente ao mês de referência, sendo que qualquer substituição de profissional deverá ser informada e apresentada em igual número de dias;
- xxix. Substituir, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da notificação por escrito da Contratante, o profissional que comprovadamente não satisfaça as condições requeridas pela prestação dos serviços ou pelas normas administrativas da





- Contratante, sob pena de ser imposta glosa pelo não atendimento da solicitação, com base no valor de remuneração da referido profissional;
- xxx. Exigir que seus profissionais trabalhem devidamente uniformizados e com crachá de identificação;
  - xxxi. Exigir que os profissionais alocados executem unicamente as tarefas compatíveis com a categoria profissional a que pertença;
  - xxxii. Assegurar que os profissionais alocados:
    - g) Preencham corretamente os documentos referentes ao atendimento dos pacientes;
    - h) Mantenham sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções;
    - i) Guardem absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente e preste os serviços com autonomia técnica, zelando pelo perfeito desempenho ético na atividade desempenhada;
    - j) Ofereçam aos pacientes todos os recursos necessários ao atendimento dos mesmos em benefício dos quais deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;
    - k) Atendam os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
    - l) Mantenham sempre atualizado o prontuário dos pacientes, fornecendo as informações ao arquivo médico;

**7.3. O CONTRATANTE obriga-se a:**

7.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a execução dos serviços, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

7.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES**

**8.1.** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de assinar a Ordem de Serviço ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Pacatuba e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Pacatuba pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

**8.1.1.** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado no caso de:

- a) recusar em assinar o contrato;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não mantiver a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

**8.1.2.** multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, contados do recebimento da ordem de serviço no endereço constante do cadastro, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do contrato;

**8.1.3.** multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do contrato.

**8.2.** Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei nº 10.520/02, as seguintes penas:

- a) advertência;





b) multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição ou do valor global do contrato, conforme o caso;

**8.3.** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

**8.3.1.** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

**8.3.2.** Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

**8.3.3.** As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

**8.4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

**8.4.1.** No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Pacatuba e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Pacatuba pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

9.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DEZ - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

10.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

10.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

10.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

10.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

10.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do processo licitatório, da proposta e deste contrato.

10.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

10.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.



GOVERNO MUNICIPAL

**Pacatuba**

*O Futuro não pode parar*  
Secretaria de Administração  
e Finanças



**CLÁUSULA ONZE - DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Pacatuba é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Procuradoria Fiscal do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Pacatuba-CE, \_\_ de \_\_ de \_\_.

**SECRETARIA** \_\_\_\_\_  
<nome do secretário gestor>  
Secretário de <Secretaria>

<NOME DA EMPRESA>  
<NOME DO REPRESENTANTE>  
CONTRATADA